



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 13 / 03 / 2020

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado TENÍS HENRI

para relatar.

Em 17 / 03 / 20

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 46/2020, lido no expediente em, 10/03/2020

Autor: Dep. Gessivaldo Isaías

Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Voluntariado.

Relatora: Dep. Teresa Britto

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Gessivaldo Isaías, o projeto de lei em tela, está assim ementado: “Institui a Política Estadual de Incentivo ao Voluntariado.”

Em justificativa, o nobre parlamentar destacou que o voluntariado tem como escopo atender aos objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos recreativos ou de assistência à pessoa que visem ao benefício e à transformação da sociedade.

É, em síntese, o relatório.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (art. 34, I, a), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) compete pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia.

A proposição em análise visa instituir a política estadual de incentivo ao voluntariado.

Nesta perspectiva, verifica-se que a proposição se coaduna com a previsão constitucional versada no artigo 25, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, uma vez que inexistente vedação que impeça lei estadual tratar sobre a matéria, isto é, instituição de política estadual de incentivo ao voluntariado, logo o presente projeto é formalmente constitucional, senão vejamos:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Portanto, o Estado está habilitado a legislar sobre a matéria, com base no exercício da autonomia política que lhe outorga o art. 25 da Constituição Federal. Ademais, observa-se que inexistente, no caso, regra instituidora de reserva de iniciativa a servir de óbice a que esta Casa Legislativa deflagre o processo legislativo sobre a matéria.

Em relação à espécie normativa o artigo 73, III, da Constituição Estadual prevê: "O processo legislativo compreende a elaboração de: leis ordinárias (III)". Na mesma toada segue o artigo 96, I, b, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, *in verbis*:

Art. 96. As proposições se constituem em:

I – voluntárias:

(...)

b) projetos de lei;

(...)

De forma que, dúvida não subsiste quanto a harmonia do projeto em comento com os comandos normativos supratranscritos.

Quanto à iniciativa a Carta Estadual prescreve: "Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia

Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição".

Assim, uma vez que se encontra em consonância com os comandos supracitados e transcritos, merece o Projeto de Lei em tela toda consideração deste Parlamento.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o Projeto de Lei em tela, necessita de adequações para melhor atender ao disposto na Lei Ordinária Nº 5.861 de 1º de julho de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí, notadamente em atenção ao art. 12, I e IX. Providências que poderão ser realizadas na oportunidade da redação final.

Pontue-se que a Lei (nacional) nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o serviço voluntário.

Assim sendo, não existindo óbice constitucional ou legal, no âmbito que nos cabe analisar, manifestamo-nos favoravelmente à tramitação e aprovação do Projeto de lei nº 46, de 2020, lido no expediente em, 10/03/2020.

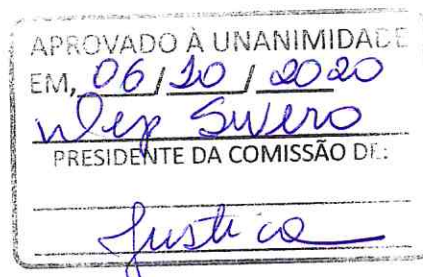
É nosso parecer, salvo melhor juízo.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação: Protocolado e assinado eletronicamente
ALEPI/SGM

Pelo acatamento (x)

Dep Ziza
Dep João de Deus
Dep B. Se
Dep Flebime





ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Pela rejeição ()

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,
Teresina, 10 de setembro de 2020.


Dep. Teresa Britto
Relatora



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 07/10/2020

Cbaga

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

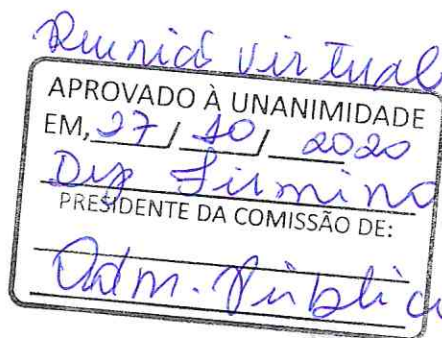
Ao Deputado

Sirmino
Paulo

para relatar.

Em 27/10/2020

Presidente da Comissão de Administração
Pública



Dep Sures
Dep Carlos Brito
Dep Jacinto
Dep Elias
Dep Henrique Reis